


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Araraquara
FORO DE ARARAQUARA
4ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, N. 1998, ARARAQUARA - SP - CEP
14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010731-97.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**
 Embargante: **Wanderlene Ieda Bacaro**
 Embargado: **Banco Bradesco S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANA CLÁUDIA HABICE KOCK**

Vistos.

Wanderlene Ieda Bacaro ajuizou a presente Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução contra o Banco Bradesco S/A, alegando inexigibilidade da obrigação, pois a primeira parcela somente vencerá no dia 15/12/2018.

O embargado foi intimado, na pessoa de seu procurador, para manifestação em quinze dias, quando apresentou impugnações (fls. 110/122 e 123/135).

Determinou-se ao embargado especifica-se qual das defesas deveria ser considerada para apreciação da defesa, mas manteve-se silente (fls. 138).

É O RELATÓRIO.

DECIDO.

O processo comporta julgamento antecipado, nos termos do inciso I, do artigo 355 do Código de Processo Civil, por se tratar de matéria de fato e direito, passível de julgamento com as provas constantes dos autos.

A execução é atividade jurisdicional destinada a fazer se cumprir o direito que o título executivo stampa, sendo uma atividade que agride o patrimônio e é fundamentada em títulos executivos judiciais e extrajudiciais. Portanto, através da execução é que se concretizam as pretensões de direito material formuladas pelo credor em relação ao devedor.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Araraquara
FORO DE ARARAQUARA
4ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, N. 1998, ARARAQUARA - SP - CEP
14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São essenciais dois requisitos para que se realize qualquer execução, uma é o título executivo e a outra a exigibilidade da obrigação.

Assim, temos que o título é certo quando não deixa dúvidas acerca de sua existência; líquido, no momento em que não deixa pairar dúvida a respeito de seu objeto; exigível, eis que superado o tempo de satisfação da obrigação.

Abordando a temática, o legislador do novo Código de Processo Civil incluiu em seu art. 917, dentre as exceções que poderão ser alavancadas em embargos, a inexecutibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação.

Realmente, analisando-se o título executivo extrajudicial (fls. 89/94), constituído de cédula de crédito bancário (e quanto à sua força executiva não há mais dúvidas, conforme entendimento jurisprudencial pacífico e posituação existente) apura-se que o vencimento da primeira parcela acontecerá somente em 18/12/2018 (fls. 15 – item 6.1.4.1).

Doutro lado, o Código Civil, em seu art. 394, normatizou que *considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento e o credor que não quiser recebê-lo no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer*. O art. 396, a seu turno, revela que *não havendo fato ou omissão imputável ao devedor, não incorre este em mora*.

Pelo que consta dos autos, a primeira parcela não venceu e, portanto, ainda não é exigível.

Ressalte-se, por oportuno, que o embargado lançou mão de defesa distante do objeto da presente demanda, trazendo à baila temas que não foram ventilados na petição inicial, fugindo totalmente ao limite objetivo da demanda.

Em remate, deverá prevalecer, além da autonomia das vontades das partes, que convencionaram o prazo de vencimento da primeira parcela para 15/12/2018, a obrigatoriedade da contratação, representando as cláusula contratuais verdadeira lei aos contratantes.

Sem receio da repetição, porquanto a obrigação ainda não é exigível, eis que seu vencimento somente acontecerá em data futura, não se fala em título executivo que represente obrigação exigível. Carecendo, portanto, o título de um de seus requisitos

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, N. 1998, ARARAQUARA - SP - CEP
14801-425**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

(exigibilidade), não há processo de execução.

Diante do exposto, julgo **PROCEDENTES** os presentes embargos à execução, para decretar a extinção da execução, certificando-se, oportunamente, nos autos de execução.

Condeno a parte vencida ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios no valor de R\$ 2.000,00, além de atualização monetária desta data e juros moratórios do trânsito em julgado.

Publique-se e intimem-se.

Araraquara, 21 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**